

# Tribunal dos EUA mantém lei que bane tratamento de transgêneros

24/08/2023

Um colegiado de três juízes conservadores do Tribunal Federal de Recursos da 11ª Região, todos nomeados pelo ex-presidente Donald Trump, decidiu que o estado do Alabama, nos EUA, pode executar a lei que criminaliza o tratamento de afirmação de gênero, tais como terapias hormonais e bloqueadores de puberdade, para menores de 19 anos.



A lei prevê pena de até 10 anos de prisão para profissionais de saúde

que oferecerem o tratamento, mesmo que crianças e adolescentes sofram disforia de gênero. Além disso, a lei proíbe procedimentos cirúrgicos para transição de gênero, apesar de profissionais de saúde haverem insistido, em audiências na Assembleia Legislativa, que tais procedimentos médicos não são realizados no Alabama.

A [decisão do tribunal federal de recursos](#) reverte decisão da primeira instância, que foi favorável às famílias de transgêneros que processaram o estado logo depois que a lei foi sancionada, em 2022, com o argumento, entre outros, de que a proibição do tratamento de afirmação de gênero causa diversos danos à vida de seus filhos.

O juiz federal Liles Burke, também nomeado por Trump, bloqueou a entrada da lei em vigor, no ano passado, depois de ouvir médicos e outros profissionais que trabalham com transgêneros, que lhe garantiram que o tratamento para afirmação de gênero é seguro e fundamental para o bem-estar de crianças e adolescentes.

“Os registros mostram que pelo menos 22 das principais associações médicas dos Estados Unidos endossam a medicação para transição de gênero, como tratamentos baseados em estudos e bem-estabelecidos para disforia de gênero em menores”, escreveu o juiz em sua decisão.

Para a juíza Barbara Lagoa, relatora da decisão do tribunal federal de recursos, isso não basta. Ela escreveu que “as decisões que aplicam o direito fundamental dos pais, no contexto de tomada de decisão médica, não estabelecem que os pais têm um direito fundamental derivativo de obter um tratamento médico particular para seus filhos, a não ser que uma massa crítica de profissionais de saúde o aprove”.

A juíza argumentou também que os casos passados de devido processo não estabelecem um direito fundamental ao tratamento de afirmação de gênero, associando o caso à decisão da Suprema Corte, em *Dobbs v. Jackson Women’s Medical Center*, que anulou *Roe v. Wade*, o precedente que legalizou o aborto em todo o país.

A juíza citou a teoria do ministro Samuel Alito de que “a cláusula do devido processo só protege direitos que estejam profundamente enraizados na história e tradição da nação”. Ela escreveu:

“Apesar de existir registros de transgêneros ou outros de indivíduos inconformados com seu gênero em vários pontos da história, os primeiros usos registrados de medicação bloqueadora de puberdade e de terapias hormonais, para o propósito de tratar a discordância entre o sexo biológico de um indivíduo e o sentido de identidade de gênero, não existiram até um ponto avançado do Século XX”.

Em suas reportagens, os jornais se perguntaram por que os tribunais de recurso e a Suprema Corte não banem a compra e o porte de fuzis de ataque, como AR-15 e AK-47, se essas armas só foram inventadas em um ponto avançado do Século XX. O uso desses fuzis não está profundamente enraizado na história e tradição da nação.



## Êxodo estadual

Até agora, 20 dos 50 estados dos EUA, todos republicanos (*red states*), quase todos do Centro-Sul do país (os ex-confederados da Guerra Civil), aprovaram leis semelhantes, umas mais, outras menos rigorosas – quase todas sendo disputadas na justiça, com decisões pró e contra o tratamento de afirmação de gênero. Assim, os processos vão seguir seu curso até a Suprema Corte.

Na mais alta corte do país, a maioria conservadora poderá se apegar à teoria das raízes profundas da história e tradição da nação – ou não. De qualquer forma, as famílias com crianças e adolescentes transgêneros começam a se preparar para emigrar para estados democratas (*blue states*), que asseguram proteção a transgêneros de todas as idades.

Elas querem fugir do ódio e da intolerância e garantir o bem-estar de seus filhos, declarou Cordelia Diamond, mãe de dois filhos, ambos transgêneros, ao jornal *Alabama Reflector*. Ela disse que o cenário é traumático para as crianças e mais ainda para os adolescentes.

“As mães de menores transgêneros reclamam que dizem a seus filhos que não são bem-vindos nas escolas e nas igrejas. Agora o estado nos diz, pela lei que está impondo, que não quer menores transgêneros. Ou saímos voluntariamente ou nos obrigam a sair”, ela disse ao jornal, refletindo o sentimento das famílias que processaram o estado.

Curiosamente, o estado do Alabama colocou no nome da lei a palavra “compaixão”: ela se chama “Lei da Compaixão e Proteção de Crianças Vulneráveis” (*Vulnerable Child Compassion and Protection Act*).

Cerca de 1,03% da população adulta dos Estados Unidos – ou aproximadamente 2,6 milhões de pessoas, se identificam como transgêneros, segundo levantamento do Household Pulse Survey, citado pelo site US FACTS.

*Com informações do Alabama Reflector, AL.com, The Guardian, The Intercept, PBS, USA FACTS e CNN*

Fonte: <https://conjur.jumps.com.br/2023-ago-24/tribunal-eua-mantem-lei-bane-tratamento-transgeneros/>